

A DEPENDENCIA SOCIOECONÔMICA DO SETOR SUCROENERGÉTICO NOS MUNICÍPIOS CANAVIEIROS DO NORTE E NOROESTE PARANAENSE

Marcos Antonio Souza

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina

geomarcos86@yahoo.com.br

RESUMO: Durante as primeiras décadas do século XXI o setor sucroenergético vivenciou uma expansão sem precedentes, chegando a dobrar em menos de dez anos o que o país levou quinhentos anos para alcançar em termos de área cultivada. Alentados por esta conjuntura, em que o Estado brasileiro teve um papel central na sua consolidação, esta expansão dos grupos monopolistas do setor sucroenergético se deu em um contexto em que vários estudos tem discutido as contribuições positivas e os impactos negativos da expansão do setor sucroenergético para os municípios canavieiros, municípios estes que em sua maioria possuem menos de 20 mil habitantes, onde a atividade canavieira assume uma forma cada vez mais monoagroindustrial. Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é discutir a dependência socioeconômica do setor sucroenergético nos municípios canavieiros do Norte e Noroeste do Paraná, buscando evidenciar o processo de sujeição dos espaços territorializados pelo agronegócio sucroenergético à lógica produtiva e reprodutiva da agropecuária capitalista.

Palavras chaves: Dependência socioeconômica. Setor sucroenergético. Municípios canavieiros. Territorialização dos monopólios

THE SOCIOECONOMIC DEPENDENCE OF THE SUCROENERGY SECTOR IN THE MUNICIPALITIES CULTIVATORS OF SUGAR CANE IN THE NORTH AND NORTHWEST OF THE PARANÁ

ABSTRACT: During the first decades of the twenty-first century, the sugar-energy sector experienced an unprecedented expansion, doubling in less than ten years what the country took five hundred years to achieve in terms of cultivated area. Encouraged by this situation, in which the Brazilian State played a central role in its consolidation, this expansion of the monopoly groups in the sugar and ethanol sector occurred in a context in which several studies have discussed the positive contributions and negative impacts of the expansion of the sugar and ethanol sector to the sugarcane municipalities, municipalities that in their majority have less than 20 thousand inhabitants, where the sugarcane activity assumes an increasingly monoagroindustrial form. In this context, the objective of this work is to discuss the socioeconomic dependence of the sugarcane sector in the sugarcane municipalities of the North

and Northwest of Paraná, seeking to show the subjection of the territories territorialized by sugarcane agribusiness to the productive and reproductive logic of capitalist agriculture.

Key words: Socioeconomic dependence. Sugar - energy sector. Sugarcane municipalities. Territorialization of monopolies.

Introdução

Atualmente o Paraná é o quarto estado brasileiro no ranking da produção sucroalcooleira nacional (IPARDES, 2010), sendo que aproximadamente 95% desta produção encontra-se concentrada geograficamente nas mesorregiões Norte e Noroeste paranaense, onde 30 unidades agroindustriais vinculadas a 17 grupos monopolistas do setor, estendem suas atividades em cerca de uma centena de municípios, que em sua maioria se constituem em pequenos centros locais, com menos de 20 mil habitantes (SOUZA, 2017).

Caracterizado pela concentração espacial e pela centralização econômica, o processo de territorialização dos monopólios do setor sucroenergético no Paraná tem sido marcado pela diversidade no perfil organizacional dos grupos monopolistas que conduzem este processo¹, o que por sua vez tem se refletido em distintos resultados econômicos, que vão desde a constatação de rentabilidade em altos patamares de alguns destes grupos, à recuperação judicial e o fechamento de usinas em outros.

Nesse contexto, em que ainda na atualidade esta tipologia de municípios de pequeno porte tem concentrado a maior parte da produção sucroenergética paranaense, cumpre analisar quais os desdobramentos socioeconômicos que o processo de territorialização dos monopólios do setor sucroenergético tem provocado nestes municípios canavieiros, que no âmbito deste processo expansivo já se encontravam notadamente marcados pela estagnação econômica e pelo esvaziamento demográfico (Endlich, 2006), característicos do contexto socioeconômico da década de 1980 no Norte e Noroeste Paranaense.

Vários economistas, sociólogos, geógrafos e demais pesquisadores tem se dedicado aos estudos que investigam as consequências da territorialização dos monopólios sucroenergéticos para os municípios em que ocorrem este processo, sendo que os resultados

¹ Os dois principais grupos monopolistas do setor, o Santa Terezinha e o Alto Alegre, são responsáveis sozinhos, por 2/3 da produção sucroenergética do Paraná.

obtidos nestes estudos vão desde a constatação de externalidades positivas relacionadas a expansão do setor sucroenergético, passando pelas análises que concluem não haver significativas diferenças na comparação dos impactos positivos ou negativos de outras atividades econômicas, até os estudos que apontam que o formato e estrutura da produção agropecuária em que se baseia o setor sucroenergético tem provocado significativos impactos sociais e econômicos nos municípios em que se territorializa.

Oliveira (2011), por exemplo, numa perspectiva comumente evocada pelos órgãos e entidades de classe setoriais, sugeriu, ao estabelecer comparações de indicadores socioeconômicos entre municípios canavieiros com os demais municípios dos principais estados produtores, que não há evidências de impactos negativos nas localidades onde se territorializam os grupos monopolistas do setor sucroenergético, alegando que os melhores resultados socioeconômicos são encontrados nos municípios canavieiros.

Ao investigar se a existência de uma unidade agroindustrial sucroenergética territorializada em um determinado município² implicaria ou não em aspectos socioeconômicos positivos para este, Shikida (2008) defende que apesar da incontestável magnitude econômica do setor sucroenergético, a instalação de uma usina ou destilaria em um determinado município, pode provocar consequências negativas típicas dos processos de territorialização dos monopólios do setor, tais como a exploração da força de trabalho, o desgaste ambiental e a concentração fundiária.

Resultados semelhantes obtiveram Carvalheiro e Schallenberger (2008) ao retratarem em suas análises que abordam as consequências do setor sucroenergético para os municípios canavieiros, que apesar da existência de uma agroindústria em uma determinada localidade agregar uma série de transformações positivas, como a geração de emprego e renda e o aumento da arrecadação municipal, há que se ressaltar ainda a existência de fatores negativos, que vão desde a dependência destes municípios de uma única atividade econômica à exploração dos trabalhadores, além de constatarem a concentração de riquezas e de terras nos municípios canavieiros para além da média dos demais municípios.

² Shikida (2010), Carvalheiro e Schallenberger (2008) e Anhesine (2011) fizeram suas investigações tendo como base o recorte geográfico do estado do Paraná.

Da mesma forma, Anhesine (2011) ao analisar a influência econômica do setor sucroenergético sobre os municípios canavieiros, concluiu que a presença deste setor em um determinado município não determina suas condições socioeconômicas, apontando a existência de resultados positivos em alguns indicadores socioeconômicos, embora ressalte alguns impactos negativos, como a concentração fundiária e as disputas territoriais.

Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é discutir a dependência socioeconômica do setor sucroenergético nos municípios canavieiros³ do Norte e Noroeste do Paraná, buscando evidenciar o processo de sujeição dos espaços territorializados pelo agronegócio sucroenergético à lógica produtiva e reprodutiva da agropecuária capitalista.

1. A dependência socioeconômica nos municípios canavieiros do Norte e Noroeste paranaense

Na safra 2016/2017, a área ocupada pela cana-de-açúcar no Paraná foi de 650 mil hectares, dos quais cerca de 460 mil hectares, ou aproximadamente 70% da produção estadual, foram cultivados em municípios com menos de 20 mil habitantes do Norte e do Noroeste paranaense, sendo que esta concentração das atividades canavieiras nesta tipologia de municípios pode ser igualmente constatada no processamento agroindustrial, num contexto em que 20 das 30 usinas e destilarias em operação no estado, se encontrem geograficamente localizadas em municípios deste porte.

³ Serão considerados apenas os municípios canavieiros com unidades agroindustriais, uma vez que tal dependência econômica deve ser dimensionada tanto no setor agrícola quanto industrial, dada a especificidade do setor sucroenergético em contemplar atividades agrícolas e industriais.

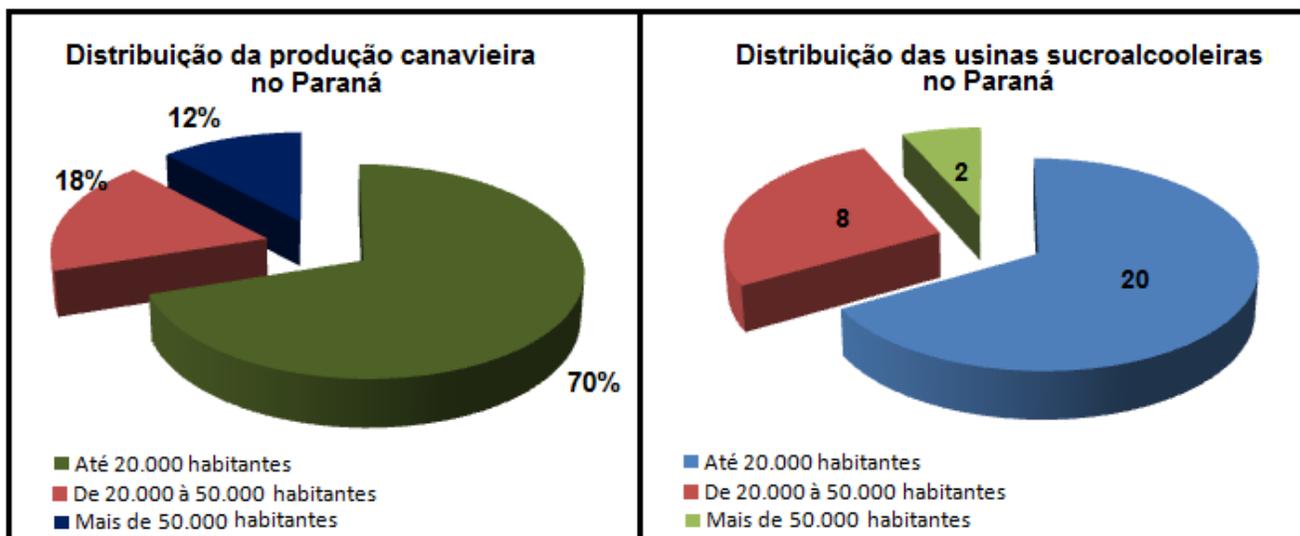


Figura 01: Distribuição do setor sucroenergético no Paraná pelo porte das cidades dos municípios canavieiros no ano de 2015.

Fonte: IPARDES, 2016.

Nesta mesma safra, apenas 35 mil hectares de cana foram cultivadas nos municípios com mais de 50 mil habitantes na porção setentrional do estado, sendo estes a base territorial de somente três unidades agroindustriais, mesmo o Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar apontar a existência de aproximadamente 277.365 hectares de áreas com alta aptidão para a cana nestes municípios. (EMBRAPA, 2009).

Souza (2017) ao analisar os desdobramentos da expansão do setor sucroenergético no Paraná, apontou que a prevalência do processo de territorialização dos monopólios do setor sucroenergético sob este grupo de municípios, a despeito de existirem condições edafoclimáticas em municípios maiores e mais dinâmicos economicamente, apontam para a existência de uma estratégia espacial dos grupos monopolistas, que tratam de converter estes municípios, já debilitados pela estagnação econômica, em base territorial da produção canavieira, na qual tais grupos passam a exercer um monopólio sobre as terras, sobre a força de trabalho disponível, sobre o Estado na sua representação local, enfim, criam e recriam as condições necessárias para a reprodução ampliada do capital que se territorializa nestas porções espaciais.

Ao mesmo tempo, ao hegemonizar o uso dos solos e absorver um considerável contingente da população economicamente ativa, acabam por dificultar a diversificação das atividades econômicas devido o controle dos atributos locais para atividades agrícolas e

industriais, além de relegar a dinâmica socioeconômica destes municípios canavieiros quase que exclusivamente a dependência dos salários e dos impostos oriundos da atividade canavieira, uma vez que os lucros são remetidos as sedes sociais destes grupos, localizadas em centros maiores, muitas vezes em outros estados da federação e até mesmo em outros países.

Partindo-se da premissa de que é sumamente difícil estimar quantitativamente a participação do setor sucroenergético na composição do PIB de cada município canavieiro, uma vez que nas bases de dados disponíveis as informações aparecem discriminadas por setores da economia (agropecuária, indústria e serviços), e a agroindústria canavieira abrange atividades tanto agrícolas quanto industriais, esta análise se pautará nos dados referentes a participação da cana na composição do valor bruto da produção agropecuária, e para dimensionar o seu peso no ramo industrial, os dados utilizados serão referentes a vinculação empregatícia nas usinas e destilarias, em comparação com o total de empregos no setor industrial destes municípios.

Levando-se em consideração o conjunto dos municípios paranaenses com usinas ou destilarias, a cana-de-açúcar representou em 2016 cerca de 20% do valor total da produção agropecuária destes municípios, sendo que esta participação atingiu 30% se for considerado apenas a produção agrícola. (IPARDES, 2017).

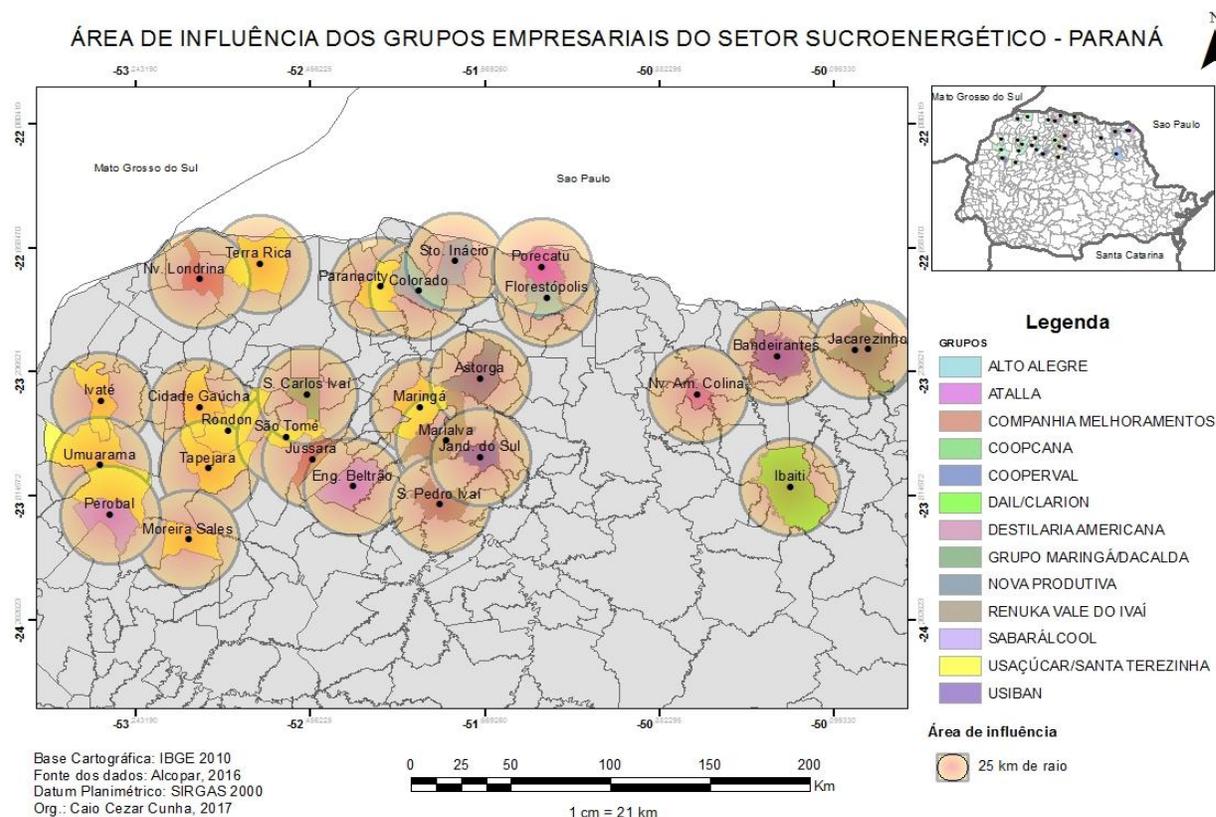
Sendo necessário ponderar que o grupo de municípios com unidades agroindustriais é bastante heterogêneo do ponto de vista socioeconômico⁴, a tabela 01 mostra que a participação da cana na composição do valor total da produção agropecuária é bem superior em alguns destes municípios.

⁴ Existem unidades agroindustriais localizadas em alguns distritos, e quando os dados são comparados a nível de município, contempla dados de outras realidades econômicas, a exemplo de Iguatemi (distrito de Maringá) e São Miguel do Cambuí (distrito de Marialva).

Tabela 01: Participação da produção canvieira na produção agrícola e agropecuária nos municípios canavieiros do Paraná

Municípios	Área agrícola ocupada pela cana	Participação da cana na composição do Valor da Produção	Participação da cana na composição do Valor da Produção
		Agrícola	Agropecuária
Astorga	9,5%	14,83%	11,9%
Bandeirantes	24,29%	27,9%	21,5%
Cambará	29,04%	40,44%	32,15%
Cidade Gaúcha	78,36%	66,03%	28,71%
Colorado	89,7%	79,8%	47,6%
Engenheiro Beltrão	15,56%	20,6%	17,3%
Florestópolis	30,81%	36,19%	29,5%
Ibaiti	22,93%	17,7%	6,7%
Ivaté	88,02%	92,3%	62,15%
Jacarezinho	72,27%	78,1%	37,88%
Jandaia do Sul	20,88%	25,06%	7,6%
Jussara	15,66%	23,09%	12,1%
Marialva	4,9%	5,8%	5%
Moreira Sales	23,97%	26,5%	15,5%
Nova A. da Colina	12,4%	19,3%	16,13%
Nova Londrina	76,47%	89,24%	23,5%
Paranacity	83,5%	78,70%	65,16%
Perobal	16,67%	21,8%	8,44%
Porecatu	61,83%	67,29%	56,9%
Rondon	95,76%	94,05%	48,4%
Santo Inácio	68,76%	75,57%	43,43%
São C. do Ivaí	57,7%	59,8%	54,57%
São Pedro do Ivaí	37,05%	44,8%	34,38%
São Tomé	71,74%	74,4%	36,5%
Terra Rica	74,89%	66,04%	23,6%
Umuarama	85,11%	78,3%	21,42%

Fonte: IPARDES, 2016



Mapa 01: Área de influência⁵ dos grupos empresariais do setor sucroenergético paranaense
Fonte: Alcopar, 2017

Convém ressaltar que existe em alguns municípios canavieiros que não possuem usinas e destilarias, uma participação igual ou superior aos municípios mais dependentes da cana na composição de sua produção agrícola e agropecuária, como é o caso de Amaporã, Cruzeiro do Oeste, Diamante do Norte, Douradina, Guairaçá, Icaraíma, Itaguajé, Itaúna do Sul, Marilena, Mirador, Miraselva, Nossa Senhora das Graças, Nova Aliança do Ivaí, Nova Olímpia, Paraíso do Norte, Paranapoema, Paranaíba, Presidente Castelo Branco, Santa Inês, São Manoel do Paraná, São João do Caiuá, Tamboara, Tapira e Xambê, todos municípios com mais da metade de sua área agrícola ocupada pela cana-de-açúcar.

⁵ De acordo com o Alcopar, a área de fornecimento de cana-de-açúcar para as agroindústrias no Paraná tem se situado em média 25 Km das usinas e destilarias dos grupos monopolistas. (ALCOPAR, 2012).

Por outro lado, esta relação de dependência se acentua nos municípios de pequeno porte, onde além da concentração das terras que resulta na maior participação na composição do Valor Bruto da Produção Agrícola e Agropecuária em alguns casos, a usina ou destilaria dos grupos monopolistas instalada nestes municípios acaba sendo o empreendimento econômico mais importante, do qual a economia como um todo gira em torno.

Dados do IPARDES (2016) tem apontado que na maioria dos municípios canavieiros em que existem implantadas usinas e destilarias do setor sucroenergético, estas tem absorvido parte significativa da população economicamente ativa destas localidades e suas adjacências, conforme retrata a tabela a seguir:

Tabela 02: Participação das indústrias vinculadas à produção alimentícia, de bebidas e álcool etílico na absorção de trabalhadores nos municípios com agroindústrias sucroenergéticas no Paraná⁶

Municípios	Total de empregos do setor industrial	Empregos vinculados a Indústria Alimentícia, de Bebida e Álcool Etílico	% do total de empregos do setor industrial
Astorga	2.261	165	7,29%
Bandeirantes	838	304	36,27%
Cambará	2.355	1.951	82,8%
Cidade Gaúcha	2.152	1.935	89,9%
Colorado	4.425	3.938	88,9%
Florestópolis	2.022	2.002	99,01%
Ivaté	1.554	1.531	98,5%
Jacarezinho	2.960	1.415	47,8%
Jandaia do Sul	2.318	257	11,08%
Moreira Sales	1.273	1.137	89,3%
Nova Londrina	939	474	50,47%
Paranacity	2.166	2.067	95,4%
Perobal	343	63	18,37%
Porecatu	1.167	1.051	90,8%
Rondon	2.486	2.380	95,7%
Santo Inácio	3.198	3.141	98,21%
São Pedro do Ivaí	726	440	60,6%
São Tomé	1.475	364	24,6%
Terra Rica	1.792	1.585	88,4%
Umuarama	7.976	3.742	46,9%

Fonte: IPARDES, 2017

⁶ Foram excluídos os municípios de Engenheiro Beltrão, Ibaiti, Jussara, Marialva, Nova América da Colina e São Carlos do Ivaí devido a ausência de dados para fins de comparação na base de dados consultada.

Enquanto para alguns essa constatação evidencia uma externalidade positiva, quer dizer, a atuação dos grupos monopolistas do setor sucroenergético estaria vinculada a geração de emprego para as populações destes municípios, convém estabelecer uma perspectiva analítica em que os dados retratam na verdade a própria reconfiguração territorial causada pela territorialização do monopólio neste setor, onde a concentração fundiária e a substituição de culturas desvinculou os trabalhadores de suas antigas unidades de produção, e a sua realocação no mercado de trabalho se deu na atividade econômica preponderante nestes municípios.

A realidade retratada nas tabelas 01 e 02, onde em alguns casos a cana-de-açúcar chega a responder por mais de 90% da área agrícola destes municípios, além de absorver quase a totalidade dos empregos do setor industrial, caracterizaria, de acordo com Carvalheiro e Schallenberger (2008) uma forte dependência para uma única cultura, possibilitada, no caso do negócio sucroenergético, pelo estabelecimento do Proálcool, o qual consideram um grande indutor da concentração de renda e de terras que contribuiu para expropriação dos trabalhadores do campo, e significaria uma barreira à diversificação da economia devido ao elevado perfil concentrador, que controla e sujeita todos os elementos necessários a produção canavieira.

Conforme abordado anteriormente, dos grupos monopolistas que atuam no estado do Paraná, quase 70% implantaram suas unidades agroindustriais em municípios com menos de 20 mil habitantes, o que faz das usinas e destilarias a mais importante atividade econômica na maior parte destes municípios, cuja dependência para com o setor sucroenergético tem dificultado a diversificação econômica destas localidades (RAMOS, 1999).

Nas palavras de Endlich (2006, p. 236),

De maneira geral, as grandes empresas instaladas em [municípios demograficamente pequenos] criam dinâmicas similares às de *Company Towns*, estabelecendo explícita ou tacitamente regras. Comumente procuram manter sua condição monoindustrial, pelo menos no que se refere a possíveis concorrências, pretendendo manter as referidas condições unilaterais nas relações de trabalho, além da interferência direta ou indireta no comando político local, entre outras práticas advindas desta situação. [...]

Assim, a ação individual dos grupos monopolistas, a intensidade da atuação do Estado na viabilização de processos expansivos, o mercado internacional do açúcar e em menor escala do etanol e a demanda interna pelo álcool combustível, incidem na dinâmica econômica

destes municípios, seja porque a massa salarial que movimenta a economia é proveniente significativamente do setor, ou ainda, porque a arrecadação de tributos provém das atividades dos grupos que territorializaram seu monopólio nestes municípios canavieiros.

Nesse contexto, Carvalho e Gallo (2012) elucidam que a existência desta relação de dependência destes municípios canavieiros para com o setor sucroenergético, possibilita “[...] que qualquer processo de reorganização das atividades econômicas ou reestruturação administrativa/ produtiva do subsetor poderia ocasionar a desestabilização econômica no município, com prováveis consequências sociais negativas”.

Dados do IPARDES (2016) tem evidenciado que nos municípios canavieiros paranaenses, onde foi constatado uma retração significativa da lavoura canvieira, ou dificuldades financeiras por parte dos grupos monopolistas, houve uma diminuição considerável na arrecadação do ICMS – Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços -, o que evidencia possíveis desdobramentos perante as oscilações típicas das economias dependentes de commodities. (Tabela 03).

Tabela 03: Retrações no ICMS em municípios canavieiros

Município	Ocorrência no setor Sucroenergético	Média na Arrecadação do ICMS dos últimos 05 anos em R\$	Arrecadação do ICMS em 2015 em R\$	Variação %
Andirá	Retração na área ocupada pela cana	8.557.306,84	7.255.039,25	-15,2%
Bandeirantes	Retração na área ocupada pela cana e na produção da Usiban	7.740.268,94	4.648.844,68	-39,9%
Engenheiro Beltrão	Dificuldades econômicas e retração da produção na Usina Sabarálcool	2.845.106,60	1.191.573,99	-58,1%
Nova América da Colina	Recuperação Judicial do Grupo DASA	881.077,36	110.146,84	-87,4%
Porecatu	Paralisação da moagem da Usina Central do	2.032.035,79	207.781,07	-89,7%

Paraná				
São Pedro do Ivaí	Retração na área ocupada pela cana e Recuperação Judicial do Grupo Renuka Vale do Ivaí	3.499.958,81	1.788.845,37	-48,8%

Fonte: IPARDES, 2016

Esta constatação sinaliza para um cenário potencial em que a dependência de uma atividade econômica com um perfil concentrador e que contempla na sua dinâmica produtiva riscos inerentes ao formato e a estrutura produtiva da agricultura capitalista e do mercado de *comodities*, que necessita controlar grandes porções espaciais e parte significativa dos atributos necessários ao processo produtivo de outras atividades, acaba por inserir os municípios canavieiros numa realidade econômica em que eventuais conjunturas negativas que afetem o setor sucroenergético podem trazer sérios impactos a economia local, que tem como elemento propulsor a agroindústria canavieira.

Não obstante, convém ressaltar que pode ser constatado projeções de retração da população em alguns destes municípios canavieiros e suas adjacências em que o setor sucroenergético encontra-se em crise, conforme retrata a tabela 04.

Tabela 04: Comportamento demográfico em municípios que aportam trabalhadores para grupos monopolistas em crise ou em recuperação judicial

Município	Vinculação com o setor sucroenergético	População estimada em 2006	População estimada em 2016
Andirá	Município fronteiro com Bandeirantes. Aporta trabalhadores para a Usiban.	23.200	20.822
Bandeirantes	Sede do Grupo Bandeirantes.	33.305	32.562
Barra do Jacaré	Município fronteiro com Bandeirantes. Aporta trabalhadores para a Usiban.	2.850	2.825
Centenário do Sul	Município fronteiro com Porecatu. Aporta trabalhadores para a Usina Central do grupo Atalla.	11.515	11.279

Porecatu	Sede do grupo Atalla.	14.979	13.863
Quinta do Sol	Município fronteiro com Engenheiro Beltrão. Aporta trabalhadores para a Sabarálcool.	5.877	4.941
São Sebastião da Amoreira	Município fronteiro com Nova América da Colina. Aporta trabalhadores para a Dasa.	8.995	8.968
Santa Amélia	Município fronteiro com Bandeirantes. Aporta trabalhadores para a Usiban.	4.244	3.643
Santa Mariana	Município fronteiro com Bandeirantes. Aporta trabalhadores para a Usiban.	12.553	12.369

Fonte: IPARDES, 2016.

Não é demais recordar que a porção setentrional do estado do Paraná, fortemente dependente do café até o início da década de 1980, conhece bem os impactos da dependência da agricultura de exportação, uma vez que com o declínio da cafeicultura mercantil muitos destes municípios passaram por uma etapa de estagnação econômica e esvaziamento demográfico.

Na atualidade, com um cenário em que alguns grupos monopolistas que atuam no estado estão homologando processos de recuperação judicial, como o Renuka Vale do Ivaí (São Pedro do Ivaí e São Miguel do Cambuí), o Dasa (Nova América da Colina) e o Clarion (Ibaiti), além da paralisação total da moagem na safra 2015/2016 da Usina Central do Paraná, de Porecatu, da Destilaria de álcool da antiga Corol de Rolândia e da Usina Casquel de Cambará, há a possibilidade de estes acontecimentos produzirem desdobramentos socioeconômicos negativos para estes municípios e seu entorno que dependem fortemente do setor sucroenergético (SOUZA, 2017).

Por outro lado, convém destacar a mecanização da colheita⁷ da cana-de-açúcar realizada em ritmo avançado pelos principais grupos monopolistas do setor sucroenergético paranaenses como outro fator capaz de provocar impactos socioeconômicos negativos nestes municípios canavieiros, o que vem contradizer o discurso da contínua geração de emprego e renda como inerente ao avanço do setor sucroenergético, num contexto em que Thomaz Júnior (2007, p. 12-12) elucida que os promotores do setor sucroenergético,

[...] ao venderem a falácia da *nova* perspectiva de emprego estão apenas guardando, para um próximo momento, a intensificação da mecanização e, conseqüentemente, o descarte de centenas de milhares de trabalhadores rumo ao desemprego. Esse processo fortalece ainda mais a instabilidade do assalariamento rural temporário em condições precárias (boias-frias ou diaristas não residentes), bem como a informalidade, ampliando sobremaneira a exploração dos trabalhadores, fortalecendo sistemas de controle político e trabalhista [...].

Nesse contexto, Silva (2004) aponta que para cada máquina inserida à colheita da cana-de-açúcar, cerca de cem postos de trabalho podem ser eliminados, sendo que “segundo cálculos existentes, para cada cem demissões, são abertas doze vagas para funções especializadas, entre as quais, aqueles referentes aos condutores dessas máquinas. Essas máquinas operam durante as 24 horas do dia, subvertendo completamente os limites impostos pela natureza ao trabalho na agricultura”.

Esta situação já pode ser observada em vários municípios da porção setentrional do estado do Paraná, principalmente onde o processo de mecanização encontra-se bastante avançado, como é o caso dos municípios canavieiros inseridos no raio de atuação do Grupo Santa Terezinha, responsável por quase 50% da produção sucroenergética estadual, grupo monopolista este que demitiu nos últimos 05 anos cerca de 4,5 mil trabalhadores de suas unidades agroindustriais, o que representa 25% do total de empregados. (SOUZA).

Cabe ressaltar que essa retração se processou majoritariamente em municípios canavieiros que chegam a ter mais de 80% de sua área agrícola ocupada pela cana, e quase 100%

⁷Embora o trabalho no corte de cana seja demasiado extenuante, conforme abordado anteriormente, o processo de mecanização poderá significar a retração no número de empregos em municípios altamente dependentes do negócio sucroenergético.

de seus empregos industriais vinculados ao setor sucroenergético, conforme aponta Souza (2017), num contexto em que a territorialização do monopólio do grupo Santa Terezinha tem ocorrido prioritariamente em municípios de pequeno porte do norte e noroeste paranaense.

O avanço da mecanização, diferente de sugerir uma superação do processo de precarização do trabalho, impõe sobre os municípios canavieiros uma série de desdobramentos socioeconômicos negativos, tendo em vista o elevado grau de dependência destas localidades para com os empregos gerados na colheita manual, que embora precários, possibilitam um retorno monetário mínimo, do qual não podem prescindir aqueles cuja única moeda de troca capaz de lhe assegurar a sobrevivência é a força de trabalho.

Assim, o inevitável processo de mecanização das colheitas vai produzindo gradativamente nos municípios canavieiros o mesmo efeito das outras culturas da agropecuária capitalista, que já contam com um elevadíssimo grau de mecanização.

Esta constatação nos permite afirmar que o processo de mecanização da colheita da cana, ao liberar um contingente de mão de obra qualificado para o trabalho no campo em áreas em que a agropecuária capitalista vem eliminando sistematicamente postos de trabalho ao longo das últimas décadas, evidencia a iminência de uma situação dramática para milhares de trabalhadores das pequenas localidades em que tem se territorializado o setor sucroenergético.

Isto porque estes trabalhadores, que claramente não serão em sua maioria realocados para outros postos de trabalho nas agroindústrias canavieiras, também encontrarão muitas dificuldades na busca por trabalho em outras atividades agropecuárias, pois o próprio processo de territorialização dos monopólios do setor sucroenergético, contribuiu para a redução da diversidade das atividades econômicas no espaço agrário destes municípios, no âmbito das disputas territoriais, onde a soja, a cana e as pastagens tem dominado a paisagem com uma configuração monocultural, e com geração mínima de empregos.

Nessa mesma vertente, dados do CAGED – Cadastro Geral de Empregos, disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, apontam que em quase todos os municípios canavieiros houve mais desligamentos do que contratações em 2015, senão vejamos a tabela a seguir:

Tabela 05: Geração de empregos em municípios com agroindústrias sucroenergéticas no Paraná em 2015

Municípios	Trabalhadores admitidos	Trabalhadores desligados	Saldo da geração de empregos
Astorga	2.314	2.443	-129
Bandeirantes	1.648	1.677	-29
Cambará	2.081	1.782	+299
Cidade Gaúcha	981	1.479	-498
Colorado	2.266	2.548	-282
Engenheiro Beltrão	688	811	-123
Florestópolis	972	1.132	-160
Ivaté	650	1.039	-429
Ibaiti	1.680	1.701	-11
Jacarezinho	2.477	2.744	-267
Jandaia do Sul	1.909	2.420	-511
Jussara	1.037	1.042	-05
Moreira Sales	473	1.066	-593
Nova A. da Colina	158	174	-16
Nova Londrina	1.351	1.385	-34
Paranacity	1.064	1.662	-598
Perobal	305	888	-583
Porecatu	641	848	-207
Rondon	1.651	1.792	-141
Santo Inácio	1.607	1.526	+81
São Pedro do Ivaí	681	1.227	-546
São Tomé	461	735	-274
Terra Rica	1.017	1.430	-413
Umuarama	13.421	14.049	-628

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, 2017

Levando-se em consideração apenas a dinâmica do emprego na indústria de transformação, e sendo mais específico, no subsetor do IBGE “*Indústria de Produtos Alimentícios, de Bebidas e de Álcool Etílico*” no qual se insere o negócio sucroenergético, em 2015 foram gerados 8.762 empregos nos municípios com agroindústrias canavieiras⁸, sendo que as demissões neste subsetor alcançaram 10.642 empregos, o que aponta para um saldo negativo de 1.880 postos de trabalho em apenas 1 ano.

A tabela a seguir retrata esta dinâmica do emprego nos municípios com agroindústrias dos grupos monopolistas do setor sucroenergético do Paraná:

⁸ Com exceção de Umuarama e Marialva, que não entraram no filtro de pesquisa da base de dados do Caged 2015.

Tabela 06: Geração de emprego na indústria de produtos alimentícios, de bebidas e de álcool etílico em 2015 nos municípios com agroindústrias canavieiras

Municípios Canavieiros	Trabalhadores admitidos	Trabalhadores desligados	Saldo da geração de empregos
Astorga	37	36	+01
Bandeirantes	67	56	+11
Cambará	450	395	+ 55
Cidade Gaúcha	420	877	-457
Colorado	983	1.161	-178
Engenheiro Beltrão	08	13	-5
Florestópolis	574	714	-140
Ivaté	479	896	-417
Ibaiti	10	12	-2
Jacarezinho	305	302	+3
Jandaia do Sul	48	67	-19
Jussara	49	48	+1
Moreira Sales	179	742	-563
Nova A. da Colina	-	1	-1
Nova Londrina	163	174	-11
Paranacity	644	1.223	-579
Perobal	16	12	+4
Porecatu	20	166	-146
Rondon	1.359	1.472	-113
Santo Inácio	1.364	1.208	+156
São Pedro do Ivaí	18	81	-63
São Tomé	172	158	+14
Terra Rica	444	828	-384

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, 2016

Comparando os dados do CAGED, do Ministério do Trabalho e Emprego arrolados nas três tabelas anteriores, fica evidente o dimensionamento da possibilidade de impactos negativos referentes a dependência do setor sucroenergético em alguns municípios canavieiros.

Para citar os exemplos mais eloquentes desta constatação, e considerando apenas a variável absorção do emprego industrial, em Colorado, onde está localizada a Usina Alto Alegre do grupo Lincon Junqueira, o subsetor no qual está inserido a agroindústria sucroenergética representa 88,9% do total dos empregos gerados na indústria, e que de um saldo negativo de 282 empregos verificado em 2015 no conjunto de todos os setores da economia municipal, 178 se deram na indústria alimentícia, de bebidas e de álcool.

O mesmo pode ser constatado em Cidade Gaúcha, onde a principal indústria de transformação é a unidade processadora de cana do Grupo Santa Terezinha.

Neste município canavieiro, em 2015, 89,9% dos empregos do setor industrial correspondiam a indústria alimentícia, de bebidas e de álcool, que foi responsável por 457 dos 498 empregos perdidos no município.

Ivaté, onde também está localizada uma unidade agroindustrial canavieira do grupo Santa Terezinha, cujo subsetor em que se enquadra é o responsável por 98,5% dos empregos gerados na indústria neste município canavieiro, 417 dos 429 empregos perdidos nesta localidade foram em 2015 provenientes da indústria alimentícia, de bebidas e de álcool.

Situação parecida ocorreu em Moreira Sales, onde está localizada a Usina Goioerê do grupo monopolista Santa Teresinha, onde a indústria alimentícia, de bebidas e de álcool foi responsável por 563 dos 593 empregos referente ao saldo negativo da geração de emprego, obtido através da comparação entre as admissões e os desligamentos, num contexto em que este subsetor tem sido o responsável por 89,3% do total dos empregos vinculados ao setor industrial neste município canavieiro.

Outro dos municípios canavieiros em que esta dependência fica bastante evidente é Paranacity, onde a principal indústria de transformação tem sido a usina sucroenergética do grupo Santa Terezinha.

A dependência deste município para com esta unidade agroindustrial pode ser constatada a partir do fato de que 95,4% dos empregos industriais são gerados na indústria alimentícia, de bebidas e de álcool, enquanto que este subsetor foi em 2015 responsável, de acordo com o MTE (2016), por 579 dos 598 empregos perdidos no município.

Em Terra Rica, para um saldo negativo de 413 empregos, o subsetor da indústria alimentícia, de bebidas e de álcool contribuiu com 384 baixas, cujo dimensionamento desta dependência pode ser expresso no fato de que 88,4% dos empregos do setor industrial neste município canavieiro são originários deste subsetor, cujo maior representante tem sido a usina sucroenergética do grupo monopolista Santa Terezinha.

Não obstante, esta mesma relação pode ser constatada com grande intensidade nos municípios de Porecatu, Rondon e Florestópolis, num contexto em que dentre os municípios canavieiros paranaenses com agroindústrias do setor sucroenergético, apenas o município de

Santo Inácio apresentou um saldo positivo significativo no balanço entre admissões e desligamentos no subsetor da indústria alimentícia, de bebidas e de álcool. (MTE, 2016).

Decisões empresariais dos grupos monopolistas do setor sucroenergético também podem impactar negativamente estes municípios cuja economia depende fortemente do setor canavieiro.

É o caso do pequeno município de São Tomé no noroeste paranaense, que conta com uma unidade agroindustrial produtora de etanol pertencente ao Grupo Santa Terezinha, que em 2017, anunciou a paralisação da moagem desta destilaria de etanol de São Tomé, cuja cana destinada a ser processada nesta agroindústria passou a ser esmagada por outras unidades do grupo, destinadas a aumentar a produção de açúcar devido a atual conjuntura no mercado internacional desta commodity⁹.

A paralisação da moagem na unidade de São Tomé, que na safra 2015/2016 empregou 984 trabalhadores, dos quais 215 no setor industrial¹⁰, não significa apenas a supressão total ou parcial destes postos de trabalho, mas também provoca impactos negativos para a arrecadação municipal, atributo muitas vezes evocado para apresentar as externalidades positivas geradas pelo setor sucroenergético.

É correto que como as unidades agroindustriais possuem um custo elevado para sua implantação, e uma vez implantada num determinado local há uma certa rigidez do processo produtivo que garante que a produção não se moverá facilmente destes municípios, embora a forte concentração do setor em cada vez menos grupos monopolistas facilita estas reestruturações, até porque as unidades agroindustriais do Grupo Santa Terezinha encontram-se próximas umas das outras na maior parte dos casos.

Por outro lado, convém ressaltar que de acordo com dados do IPARDES (2017) houve entre o ano de 2000 e 2015 um incremento de 24,4% na geração de empregos no setor agropecuário (agricultura, silvicultura, criação de animais, extração vegetal e pesca) do estado do Paraná, embora nos municípios com agroindústrias canavieiras foi registrado uma queda de 34,3% na geração de empregos da agropecuária.

⁹ Conforme comunicado expedido pelo grupo Santa Terezinha em novembro de 2016 (USAÇÚCAR, 2016).

¹⁰ Conforme informações obtidas em Relatório de Sustentabilidade do Grupo Santa Terezinha.

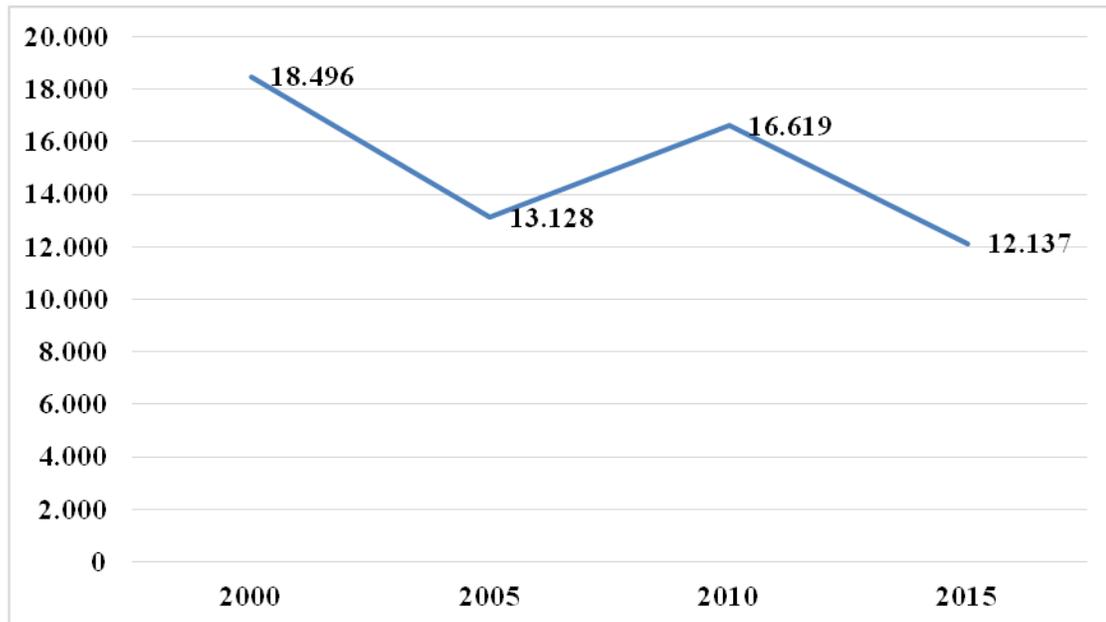


Gráfico 01: Empregos no setor agropecuário em municípios com agroindústrias canaveiras no Paraná
Fonte: IPARDES, 2016

Ainda sobre a geração de empregos no setor agropecuário no conjunto dos municípios com agroindústrias canaveiras, tem se constatado a existência de um déficit considerável no saldo entre as admissões e as demissões no setor agropecuário nos últimos anos, corroborando o fato de que o avanço do agronegócio não tem contribuído para a geração de empregos no campo, num contexto em que os dados censitários tem revelado que a maior parte da mão-de-obra empregada no espaço agrário tem sido de origem familiar (GIRARDI, 2010).

Estas constatações podem ser melhor visualizadas no Gráfico 02, que aborda o saldo entre admissões e demissões no setor agropecuário em municípios com agroindústrias canaveiras no Paraná, entre os anos de 2003 e 2015:

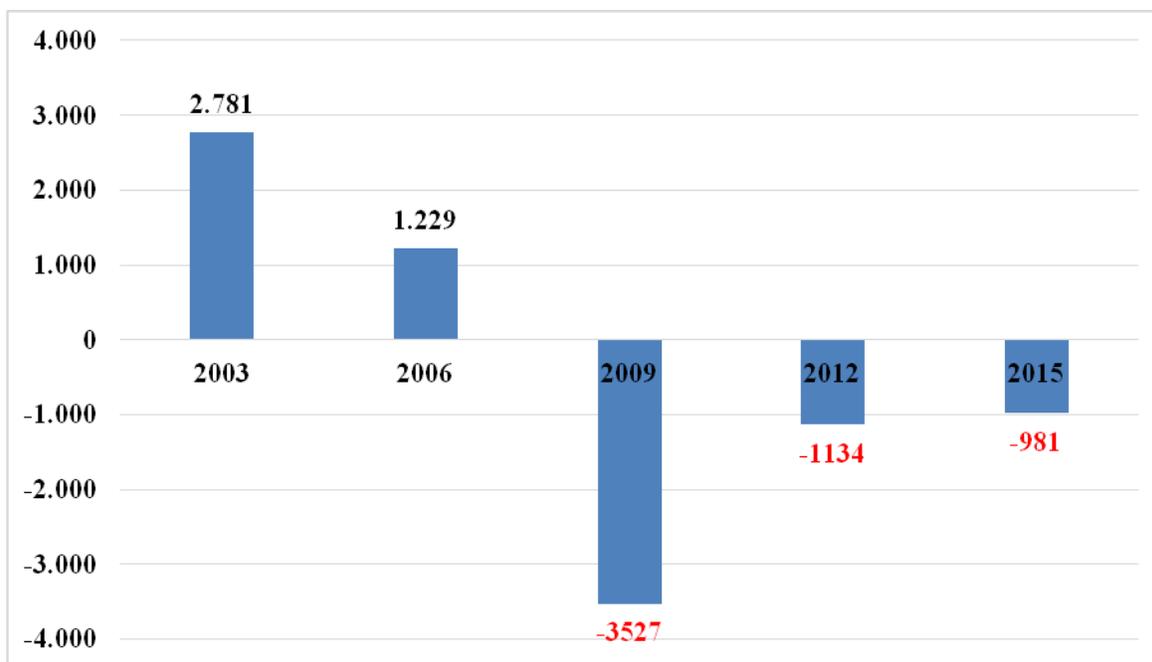


Gráfico 02: Saldo entre admissões e demissões no setor agropecuário em municípios com agroindústrias canavieiras no Paraná
Fonte: IPARDES, 2016

Portanto, a territorialização do monopólio no setor sucroenergético ao se processar de forma em que os grupos monopolistas do setor atuem simultaneamente no controle da terra, do processo produtivo agrícola da cana e do processamento industrial (OLIVEIRA, 2014), tende a materializar-se em formas espaciais e processos sociais concentradores e centralizadores, onde a dependência dos pequenos municípios canavieiros para com este setor na geração de emprego, renda e arrecadação de tributos, acaba expondo-os às típicas crises setoriais, assim como decisões empresariais que podem afetar negativamente a dinâmica econômica local.

Concentrando terras e capitais, absorvendo a maior parte da mão de obra economicamente ativa destes municípios, e contando com o apoio do Estado em todos os seus níveis escalares de representação, os grupos monopolistas do setor sucroenergético vão demarcando seu território seguindo a lógica do capital, disputando territórios com outras formas e estruturas de produção agropecuária, construindo uma geografia a sua imagem e semelhança

(HARVEY, 2004), onde a canavicultura mercantil ganha contornos monoculturais que dificulta a diversidade econômica destes municípios, cujos atributos espaciais e sociais encontram-se sujeitados à reprodução ampliada do capital (FERNANDES, 2008).

Considerações Finais

Tem sido regra tributar ao setor sucroenergético dinâmicas locais virtuosas, embora os pujantes resultados atribuídos ao agronegócio têm contrastado com a estagnação econômica dos municípios canavieiros, que ao longo das últimas décadas de avanço do setor sucroenergético, não viram de forma contundente a dinamização de sua economia, senão um perigoso e imprudente incremento da dependência do setor, diante da constante iminência de crises vivenciadas e prognosticadas perante as flutuações de mercado e as incertezas acerca das ações governamentais em tempos de fragilidade institucional pela qual passa o país.

Por isso, refutamos neste trabalho o pressuposto de que essa cultura, por si só, dinamizaria o desenvolvimento local, até porque em parte significativa dos municípios localizados na porção setentrional do Paraná, onde se concentra a maior parte da produção paranaense de cana, há a presença de outras monoculturas típicas do padrão de produção de commodities, além da agropecuária familiar, sem contar as peculiaridades da formação socioespacial de cada município.

Generalizações deste tipo, que associam a expansão canavieira ao desenvolvimento socioeconômico destes municípios não tem como somar ao debate sobre o custo social do formato e da estrutura de produção própria do setor sucroenergético, do qual também são partícipes outras atividades agropecuárias sob distintos formatos de produção praticadas nos domínios deste recorte espacial.

Embora seja necessário ponderar que a maioria esmagadora dos municípios do Norte e Noroeste paranaense tenham menos de 20 mil habitantes, não deixa de chamar a atenção o fato de que a maior parte da cana cultivada, assim como a origem dos trabalhadores e a maioria das unidades agroindustriais estejam localizadas nesta tipologia de municípios, justamente aqueles que anteriormente mais sofreram as consequências da dependência do negócio cafeeiro.

As condições edafoclimáticas e locacionais requeridas pelo setor, além de ter na composição de sua economia uma elevada participação da agropecuária, fez levantar a hipótese de que a territorialização desses monopólios em municípios de pequeno porte, paradoxalmente os impede de dinamizar suas frágeis economias.

Como a maioria absoluta dos grupos monopolistas do setor sucroenergético do estado estão sediados nesta tipologia de municípios, os principais benefícios que acabam retidos nesses centros locais tem sido os salários dos trabalhadores e os impostos recolhidos a nível local, ao preço do monopólio das terras e da exploração do trabalho da maior parte da mão de obra economicamente ativa, assim como da negação de outros modelos de desenvolvimento local mais sustentáveis e menos excludentes, que teriam a possibilidade de dinamizar de forma mais significativa a economia, que por ora encontram-se vulneráveis as oscilações do setor.

A exclusão pela produtividade, na atualidade da agropecuária capitalista de que trata Fernandes (2004), fica evidente quando se constatou que mesmo diante do avanço expressivo do setor sucroenergético após o ano de 2003 no Paraná, a geração de empregos rurais nos municípios com agroindústrias canavieiras não apresentou um incremento significativo. A partir de 2009, o saldo entre as admissões e demissões tem ficado negativo em várias ocasiões.

Por outro lado, dados arrolados pelo IPARDES (2016) apontaram que a população rural nestes municípios canavieiros continuou a sofrer uma retração contínua, malgrado a expansão do negócio canavieiro e outras monoculturas.

Tais desdobramentos negativos continuam a assombrar estes municípios do Norte e Noroeste paranaense diante de processos de recuperação judicial e de fechamento de usinas, assim como o aumento da mecanização das colheitas, que como consequência tem levado a demissão de milhares de trabalhadores, justamente no setor rural, o que gerava mais empregos nos grupos monopolistas canavieiros.

Portanto, eis o que o setor sucroenergético tem a oferecer na territorialidade de seus monopólios, onde ao se plantar a promessa do desenvolvimento, tipicamente associado ao agronegócio, tem se colhido crises e dívidas vultosas, concentração de terra e de renda, exploração do trabalho e comprometimento da soberania alimentar, além da imprudente intensificação da dependência econômica dos municípios canavieiros ao setor.

E mesmo diante destes desdobramentos, o Estado não tem titubeado em destinar os recursos que faltam à promoção de modelos sustentáveis de produção agropecuária, para um setor cuja manutenção tem representado um elevado custo social para o Brasil.

Referencias

ANHESINI, J.A.R. **Influência econômica da agroindústria canavieira sobre os municípios produtores paranaenses**. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Cadastro geral de empregados e desempregados**. Brasília: MTE, 2016.

CARVALHEIRO, E. M.; SCHALLENBERGER, E. **As contribuições da agroindústria canavieira para o processo de desenvolvimento da mesorregião norte central do estado do Paraná**. Toledo: Sober: 2008.

CARVALHO, G.C.; GALLO Z. Dependência econômica de pequenos municípios: há alternativas em relação à agroindústria canavieira em Pradópolis-SP? **Revista Temas de Administração**. Araraquara: 2012.

EMBRAPA. **Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar**. Brasília: EMBRAPA, 2009.

ENDLICH, A.M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná**. Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente: UNESP, 2006.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Orgs). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. *O novo nome é agrobusiness*. Presidente Prudente: UNESP, 2004. Disponível em <<http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes/Onomeeagribusiness.pdf>>. Acesso em 20 set. 2017.

GIRARDI, E.P. **Atlas da questão agrária brasileira**. Presidente Prudente: UNESP, 2008. Disponível em <<http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/>>. Acesso em 12 jul.2017

HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo, Annablume, 2005.

_____. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

IPARDES. **Base de dados do estado**. Curitiba: IPARDES, 2015. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

_____. **Base de dados do estado**. Curitiba: IPARDES, 2016. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

_____. **Base de dados do estado**. Curitiba: IPARDES, 2017. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

OLIVEIRA, J. G. **Indicadores socioeconômicos em estados produtores**

de cana-de-açúcar: análise comparativa entre municípios . Campinas, Unicamp, 2011.

RAMOS, P. **Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Trabalho e trabalhadores na região do “mar de cana e do rio de Álcool”. **Agrária**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 2-39, 2004. Disponível em: <<http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/cerest/publicacoes/mar-cana.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

SHIKIDA, P. F. A. Agroindústria canavieira e desenvolvimento local: o caso da usina Usaciga de Cidade Gaúcha. **Revista de Economia e Agronegócio**. Viçosa: UFV, 2008. Disponível em <<http://www.rea.ufv.br/index.php/rea/article/view/124>>. Acesso em 10 set. 2017.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Agronegócio alcoolizado e culturas em expansão no pontal do Paranapanema! Legitimação das terras devolutas/improdutivas e neutralização dos movimentos sociais**. Presidente Prudente: UNESP, 2007. Disponível em <[http://www4.fct.unesp.br/thomaz/CEGeT-08/Agronegocio%20Alcoolizado%202 .pdf](http://www4.fct.unesp.br/thomaz/CEGeT-08/Agronegocio%20Alcoolizado%202.pdf)>. Acesso em 21 jul. 2017.

Enviado em 29/06/2018

Aceito em 26/11/2018